



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 10773430 - P-SEP-SP-CEO-DGE

SEI:TJPR Nº 0046386-12.2023.8.16.6000
SEI:DOC Nº 10773430

Ata da reunião do Comitê de Gestão Estratégica

Em 30 de julho de 2024, a partir das 14h, foi realizada Reunião de Análise Estratégica (RAE) do Comitê de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Paraná, de modo presencial, na sala de Reuniões da Presidência. Estavam presentes os seguintes membros designados pela Portaria nº 3.642/2023-DM expedida em observância à Resolução nº 300/2021-OE: Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente deste Tribunal; Desembargador Fernando Antônio Prazeres, 2º Vice-Presidente deste Tribunal; Desembargador Roberto Antônio Massaro, Corregedor da Justiça deste Tribunal; Desembargador Eduardo Casagrande Sarrão, Supervisor Geral do Planejamento Estratégico; Doutor Carlos Eduardo Faísca Nahas, Magistrado de 1º Grau de Jurisdição; José Luiz Faria de Macedo Filho, Secretário-Geral deste Tribunal; Vinícius Rodrigues Lopes, Secretário de Planejamento; Daieniffer Cherini Lopes, representante do SINDIJUS/PR. Também acompanharam a reunião o Juiz Auxiliar Fábio Ribeiro Brandão, representando o Corregedor-Geral da Justiça deste Tribunal; o servidor Rennan Gustavo Ziemer da Costa, Secretário do Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 10.634/2023- DM); a servidora Flávia Verusca Buturi Monarin Matos, Coordenadora de Estratégia e Orçamento, e o servidor Samuel de Lima Junior, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica da Secretaria de Planejamento. A reunião foi iniciada, seguindo os itens da pauta (SEI nº 10636850) a seguir indicados. 1. Revisão da Identidade Institucional: O Sr. Vinícius apresentou a pauta da reunião e relembrou que a revisão da identidade institucional foi objeto da reunião anterior do Comitê. A Sra. Flávia rememorou o resultado da pesquisa realizada com servidores e magistrados, que aprovam, em sua maioria, a identidade atual. A proposta apresentada busca manter esse sentimento de pertencimento entre o público interno. Explicou que foi realizada consulta da identidade institucional de outros tribunais. Apresentou vídeo criado pela Coordenadoria de Comunicação Social com a mensagem de “mudar sem perder nossa essência”. Assim, a missão proposta é: “Nós existimos para realizar Justiça, por meio da resolução de conflitos, assegurando a paz social”. A visão apresentada é: “Pretendemos nos consolidar como um Tribunal de excelência na prestação de serviços judiciários”. Os valores são divididos em três blocos: “Justiça, eficiência, inovação e sustentabilidade; Transparência, ética e integridade; Respeito, acessibilidade, diversidade, inclusão e valorização das pessoas”. A Sra. Flávia explicou que o primeiro conjunto de valores orienta nossa ação, o segundo orienta nosso comportamento profissional e o terceiro nosso relacionamento interpessoal. O Sr. Presidente, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, destacou que patrocinou a revisão da identidade institucional. Ao visitar outros tribunais quando foi conselheiro do CNJ se deparava com a divulgação da identidade institucional nos edifícios. Para que a identidade tenha adesão,

é preciso engajar. Destacou que a identidade atual estava desatualizada em temas sensíveis que não podem ser desconsiderados pela instituição. A valorização das pessoas foi uma demanda identificada na pesquisa interna. Propôs uma comunicação mais direta com servidores para que se identifiquem com os valores propostos. Encaminhou pela aprovação da proposta apresentada pela Secretaria de Planejamento, que contou com a concordância do comitê.

2. Aprovação dos resultados finais de 2023 dos indicadores estratégicos e autorizar a publicação do 3º Acompanhamento Anual do Planejamento Estratégico: O Sr. Vinícius iniciou a apresentação do resultado dos indicadores estratégicos apontando a mudança na metodologia do relatório de apresentação, destacando itens e áreas que necessitam de melhoria de performance. A Sra. Flávia destacou que são 72 indicadores estratégicos e 12 objetivos estratégicos importados da Estratégia Nacional do Poder Judiciário do CNJ. Num segundo momento será realizada a revisão dos indicadores estratégicos. Em 2023, 9 dos 12 objetivos atingiram desempenho satisfatório ou excelência. Para o Objetivo Estratégico nº 1 (Garantia dos direitos fundamentais) destacou o baixo desempenho no indicador nº 5 de acessibilidade em eventos. Para o Objetivo Estratégico nº 2 (Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade) destacou o Indicador nº 8, de autorização de pagamento em precatórios, que deve ser revisto, apesar do bom desempenho, pois foi objeto de importantes determinações do CNJ no relatório da inspeção de 2024. Para o Objetivo Estratégico nº 3 (Promoção da Sustentabilidade), todos os indicadores superaram as metas estabelecidas. Para o Objetivo Estratégico nº 4 (Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional), que são acompanhados por instância, destacou a elaboração de painel de saneamento para corrigir distorções do tempo pendente líquido, que deve ser objeto de projeto piloto a ser apresentado em breve. O Sr. Vinícius destacou que a ação demandaria instrução conjunta para correção das distorções estatísticas identificadas. A Sra. Flávia retomou apresentando o Objetivo Estratégico nº 5 (Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais), destacando o bom desempenho do indicador nº 31 de prescrição e desempenho mediano do indicador nº 33 de PAD. Para o Objetivo Estratégico nº 6 (Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos), a atuação é em conjunto com a 2ª Vice-Presidência. O Sr. Vinícius destacou que alguns indicadores incorporam metas nacionais e itens avaliados no Prêmio CNJ de Qualidade. Destacou a cláusula de barreira no indicador de conciliação. A Sra. Flávia apresentou alguns indicadores e o Sr. 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Antônio Prazeres, destacou a ação para melhoria dos registros cadastrais das audiências do art. 334 do CPC e que houve alteração no indicador de audiência de conciliação, que computava apenas processos remetidos aos Cejuscs. A Sra. Flávia apresentou o Objetivo Estratégico nº 7 (Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios), havendo solicitação de TIC em execução para iniciar a mensuração do indicador nº 38. Já o Objetivo Estratégico nº 8 (Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal) é trabalhado em conjunto com o GMF. Para o Objetivo Estratégico nº 9 (Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária), especialmente para o indicador nº 52 de gerenciamento de risco destacou o curso elaborado pela EJUD em parceria com a CGRC e expediente, que deve refletir no desempenho geral do Tribunal. O Sr. José Luiz Faria de Macedo Filho apontou que determinou que todos chefes de divisão realizassem o curso de gestão de riscos. Quanto ao indicador nº 50 de recomendações de auditoria, a Sra. Flávia sugeriu que devem ser priorizadas recomendações com maior impacto, aceitando-se o risco envolvido em situações em que o custo do controle é superior aos benefícios esperados. O Sr. Vinícius ressaltou a importância de se priorizar a eficiência administrativa, classificando recomendações periféricas e estratégicas. A Sra. Flávia apresentou os Objetivos Estratégicos nº 10 (Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas), 11 (Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira) e 12 (Fortalecimento de TIC e de Proteção de Dados) e destacou o indicador nº 68, de satisfação dos usuários de TIC. O Dr. Carlos Eduardo Faísca Nahas alertou que em geral quem responde pesquisa de satisfação é quem está insatisfeito. O Sr. Presidente apontou que a TI acaba sendo injustamente responsabilizada pelas entregas, mas a SETI apenas desenvolve o que foi solicitado pelas unidades, que devem repassar todas as especificações. Soluções adicionais ingressam na fila de priorização. Destacou o oferecimento de curso para gestores negociais e que antes a TI

operava sem desenvolvedores externos, hoje está em tramitação da licitação da fábrica de software, comissão para aceleração do uso da inteligência artificial, licitação para o Copilot, sistema de Inteligência Artificial generativa da Microsoft, e respectivo curso de capacitação para magistrados e servidores, amplo programa de bolsa de estudos. Destaca também a relevância da proteção de dados e que a Secretaria-Geral está desenvolvendo um código de conduta para usuários da inteligência artificial. Destacou o desenvolvimento interno no TJPR da Jurisprudência GPT, que está sendo divulgado pelo CNJ. Por fim, a Sra. Flávia indicou os próximos desafios do Planejamento Estratégico. O Sr. Vinícius informou que deve ser implementada a mensuração regionalizada dos indicadores e que serão desenvolvidos painéis locais de acompanhamento das metas nacionais, com a parametrização antiga até desenvolvimento dos novos painéis, como determinado na inspeção do CNJ. Foram aprovados os resultados do monitoramento e a publicação do relatório referente ao ano de 2023. Nada mais a acrescentar, eu, Rennan Gustavo Ziemer da Costa, técnico judiciário, lavrei a presente ata e encaminho para ciência dos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **RENNAN GUSTAVO ZIEMER DA COSTA**, Técnico Judiciário, em 06/08/2024, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10773430** e o código CRC **D4715A24**.